

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor
independente

Conteúdo

Mensagem da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Mensagem da Administração

Fechamos o ano de 2024 como o melhor ano da nossa história e estruturamos a base para os anos que virão. Implementamos significativos avanços em frentes operacionais e financeiras, que não apenas impulsionaram nossos resultados no curto prazo, mas também estabeleceram bases sólidas para a próxima fase de crescimento da companhia. Apesar dos desafios encontrados ao longo do ano, fechamos 2024 com um sólido e rentável modelo de negócios, intensivo no uso de tecnologia, que reforça nossa posição disruptiva no mercado de locação de veículos.

Na frente operacional, concluímos a transição para uma frota 100% própria, o que garante maior rentabilidade na locação de veículos e permite capturar valor também na venda de seminovos. Iniciamos 2024 com cerca de 3,7 mil carros e, ao longo do ano, adquirimos 4,0 mil veículos — um número recorde na Turbi, evidenciando a confiança na escalabilidade do nosso modelo. Após a devolução dos veículos locados e a venda de tantos outras, fechamos o ano com aproximadamente 4,7 mil veículos.

Também inauguramos uma nova frente de negócios, a venda de veículos seminovos. No primeiro ano da operação, comercializamos aproximadamente 1.300 veículos, criando uma nova linha de receita e maximizando o ciclo de vida de nossos ativos. Tais veículos foram vendidos tanto no canal B2B, que possibilita a venda de grandes volumes de veículos, provendo liquidez para a companhia em curto espaço de tempo, como também no canal B2C, por meio de nossa loja própria. Após sua inauguração no final do mês de maio, a loja foi escalando o nível de vendas mês a mês, até atingir a marca recorde de 41 veículos no mês de novembro, com rentabilidade superior ao segmento B2B e em linha com os principais players de mercado.

O ano de 2024 foi marcado também pelo elevado volume financeiro captado, tanto nas frentes de emissão de debentures para aquisição de veículos, como aporte de capital dos acionistas para equalização da estrutura de capital. Captamos, no total, aproximadamente R\$ 600 milhões no ano, sendo aproximadamente R\$ 325 milhões em financiamentos (tanto com bancos de primeira linha como com mercado de capitais), e outros aprox. R\$ 255 milhões em aporte de capital. Vale mencionar também a forte queda no custo de capital da Turbi, fruto de novas emissões de debêntures com sucessivas reduções de spread e o pré-pagamento de dívidas mais caras.

Esses avanços demonstram nosso compromisso com a excelência operacional e a disciplina financeira, garantindo um crescimento sustentável e rentável. Para o próximo ano, seguimos focados em oferecer a melhor experiência para nossos clientes, disruptando o mercado de locação de veículos, e gerando valor para nossos investidores. Também esperamos um incremento adicional da alavancagem operacional da Cia, com o crescimento da escala já contratada para 2025.

Agradecemos a todos pela confiança e seguimos firmes na construção de um futuro ainda mais sólido para a Turbi e o mercado de locação de veículos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S.A. **São Paulo – SP**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Devido ao estágio de maturação do seu negócio, a Companhia apresenta prejuízos sucessivos que montam R\$ 88.407. milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 50.059 milhões em 31 de dezembro de 2023) bem como capital circulante negativo de R\$ 110.601 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 53.225 milhões em 31 de dezembro de 2023), o que demonstra sua dependência de contribuições de capital próprio e/ou de terceiros até que as ações envidadas pela Companhia para a melhoria de margem de produto e por conseguinte a reversão dos resultados negativos sejam materializadas e refletidas nas demonstrações financeiras, as quais estão descritas na nota 1.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Parágrafos de ênfase

1. Caracterização de vínculo empregatício – Contratos com Pessoas Jurídicas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.1, a Companhia possui prestadores de serviços habituais atuando em diversas funções operacionais que, à luz da legislação trabalhista vigente, podem ser caracterizados como vínculo empregatício. Em decorrência dessa situação, a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e conforme os critérios estabelecidos pela NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), reconheceu uma provisão no montante de R\$ 440 mil no exercício de 2024, refletindo a estimativa de perda provável associada a eventuais autuações fiscais ou reclamações trabalhistas. Chamamos atenção para a relevância dessa contingência, considerando o risco de novas exposições futuras, cuja mensuração requer julgamento significativo por parte da Administração.

2. Utilização de Créditos de PIS e da COFINS sobre Juros

Conforme nota explicativa nº 17, em 2024, a Companhia orientada pelos seus assessores jurídicos se utilizou de créditos de PIS e da COFINS sobre os juros sobre debêntures e empréstimos que montam R\$ 4,122 milhões. A Companhia entende que pela capitalização ser exclusiva para a aquisição de frota própria para as locações, sendo essa frota insumo e necessário para o único objeto de operação e pela sua geração de receita, da mesma forma, entende a aplicação da lei quando da apropriação desses créditos e sua essencialidade.

Nossa opinião não está ressalvada por esses assuntos.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia está inserida e levando em consideração os acontecimentos ocorridos durante o exercício.

Estimativa Relacionada à definição do valor residual dos veículos (Nota Explicativa nº 6)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estimou o valor residual de sua frota de veículos a partir do valor esperado de venda dos veículos após o término de sua vida útil, deduzido das despesas de vendas e dos descontos previstos praticados no atacado e varejo.

Determinamos essa área como foco de auditoria porque a aplicação da referida estimativa contábil implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração, tais como valor de mercado dos veículos na data da venda e tempo de uso, bem como em função da relevância dos valores envolvidos. Portanto, quaisquer mudanças nessas premissas podem ter impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- i. Avaliação, em base amostral, dos preços de mercado, os quais consideram o preço de venda de veículos similares no mercado;
- ii. Avaliação do resultado na venda dos veículos durante o exercício;
- iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Empréstimos e Financiamentos - Debêntures (Nota Explicativa nº 11.1)

A Companhia possui debêntures emitidas da 1ª à 10ª emissão que, conforme disposições contratuais, não serão registradas para negociação em mercado secundário e não poderão ser, por qualquer razão, negociadas, transferidas, cedidas, doadas, objeto de mútuo, dadas em garantia e/ou alienadas, sem o prévio e expresso consentimento da Companhia. A exceção se aplica apenas às operações que envolvam transferência ou cessão para sociedades controladas direta ou indiretamente pelo próprio debenturista.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos da auditoria, devido à relevância dos valores captados por meio das emissões de debêntures, bem como à complexidade dos contratos de emissão, às cláusulas restritivas e às características específicas de negociação. Esses fatores exigem julgamento significativo por parte da Administração para a correta classificação, mensuração e apresentação contábil desses instrumentos, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (CPC 48).

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- i. Obtenção e análise dos contratos das emissões de debêntures, com foco nas cláusulas de restrição à negociação e transferência;
- ii. Avaliação da classificação contábil adotada pela Companhia para as debêntures, considerando os critérios estabelecidos pela NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), especialmente no que diz respeito à mensuração inicial, tratamento de juros e custos de transação;
- iii. Verificação do adequado reconhecimento das obrigações decorrentes das debêntures e dos encargos relacionados nas demonstrações financeiras;

Com base nos procedimentos realizados, entendemos que a classificação, mensuração e divulgação das debêntures emitidas pela Companhia estão apropriadas e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, considerando as restrições contratuais identificadas e os julgamentos relevantes aplicados pela Administração.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa

causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025.

RSM ACAL Auditores Independentes S/S

CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Cláudio Silva Foch

Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.462	7.545	10.467	7.545	Fornecedores	10	23.814	22.637	22.950	22.637
Contas a receber	5	3.773	15.735	3.773	15.735	Empréstimos, títulos de dívida e financiamentos	11	141.406	24.683	141.406	23.548
Veículos em desativação	6	12.910	-	12.910	-	Salários e encargos a pagar	12	559	435	559	435
Outros créditos		4.900	2.081	89	2.081	Impostos a recolher		98	83	859	83
Partes relacionadas	18	-	-	26.287	-	Arrendamentos a pagar	9	3.906	41.417	3.906	41.417
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1	114	1	114	Adiantamento de clientes		2.121	1.975	2.121	3.110
Tributos a recuperar		4.145	1.411	4.145	1.411	Total dos passivos circulantes		171.904	91.230	171.801	91.230
Despesas antecipadas		1.428	11.119	3.528	11.119	Não circulante					
Total dos ativos circulantes		37.619	38.005	61.200	38.005	Empréstimos, títulos de dívida e financiamentos LP	11	319.536	260.709	319.536	260.709
Realizável a longo prazo						Impostos a recolher LP		39	62	39	62
Investimentos	7	166.826	1.782	7.659	1.782	Partes relacionadas	18	1.234	353	1.234	353
						Arrendamentos a pagar LP	9	12.251	14.097	12.251	14.097
Imobilizado	8	366.199	194.089	501.704	194.089	Provisão de contingências	13	1.379	209	1.401	209
Direito de Uso	9	15.378	53.117	15.378	53.117	Total dos passivos não circulantes		334.439	275.430	334.461	275.430
Total dos ativos não circulantes		548.403	249.393	524.741	249.393	Patrimônio líquido					
						Capital social		106.070	34.049	106.070	34.049
						Reserva de lucros		(202.930)	(114.523)	(202.930)	(114.523)
						Reserva de capital		176.539	1.212	176.539	1.212
						Total Patrimônio Líquido		79.679	(79.262)	79.679	(79.262)
Total do ativo		586.022	287.398	585.941	287.398	Total do passivo		586.022	287.398	585.941	287.398

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Demonstrações do resultado de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	15	196.701	110.285	247.074	110.285
(-) Custos dos serviços prestados	16	(173.135)	(83.007)	(184.780)	(83.007)
Lucro Bruto		23.566	27.278	62.294	27.278
Despesas com vendas	16	(5.980)	(5.377)	(8.782)	(5.377)
Despesas gerais e administrativas	16	(37.712)	(30.846)	(57.388)	(30.846)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	16	(16.845)	-	(16.845)	-
Resultado de equivalência patrimonial		12.023	-	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(69)	(1.000)	(79)	(1.000)
(Despesas) operacionais, líquidas		(48.583)	(37.223)	(83.094)	(37.223)
(Prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos		(25.017)	(9.945)	(20.800)	(9.945)
Receitas financeiras	17	11.668	744	11.668	744
Despesas financeiras	17	(75.058)	(49.858)	(79.275)	(49.858)
Resultado financeiro líquido		(63.390)	(49.114)	(67.607)	(49.114)
(Prejuízo) líquido do exercício		(88.407)	(59.059)	(88.407)	(59.059)
Resultado atribuído para:					
Quantidade de ações				60.853	18.968
Lucro básico e diluído por ação				(1,4528)	(3,1136)

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) líquido do exercício		(88.407)	(59.059)	(88.407)	(59.059)

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Total
01 de janeiro de 2023		34.049	6.291	-	(55.464)	(15.124)
Reversão ações em tesouraria		-	(5.079)	-	-	(5.079)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(59.059)	(59.059)
31 de dezembro de 2023		34.049	1.212	-	(114.523)	(79.262)
Aumento de capital	14.1	72.021	-	-	-	72.021
Constituição de reserva de capital	14.3	-	-	179.389	-	179.089
Gastos com emissão de ações		-	-	(2.850)	-	(2.850)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(88.407)	(88.407)
Reversão ações em tesouraria			(1.212)		-	(1.212)
31 de dezembro de 2024		106.070	-	176.539	(202.930)	79.679

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa método indireto de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) do exercício		(88.407)	(59.059)	(88.407)	(59.059)
Depreciação e amortização		10.109	47.450	10.109	47.450
Valor residual da venda de veículos	8	114.120	-	114.120	-
Valor residual de ativos baixados		405	-	405	-
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	16	5.753	-	5.753	-
Baixa de clientes considerados incobráveis	16	11.092	-	11.092	-
Juros e atualizações sobre empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	11	67.255	5.195	67.255	5.195
Ajuste ao valor presente arrendamentos	9	278	-	278	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	(12.023)	-	-	-
Provisão para contingências	13	1.429	208	1.451	208
		110.011	(6.206)	122.056	(6.206)
Variações ativos e passivos					
Contas a receber		(4.883)	315	(4.883)	315
Outros créditos		(2.819)	(1.781)	1.991	(1.781)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		113	-	113	-
Tributos a recuperar		(2.734)	(1.420)	(2.734)	(1.420)
Despesas antecipadas		9.691	(8.552)	7.591	(8.552)
Fornecedores		1.177	15.198	313	15.198
Salários e encargos a pagar		124	248	124	248
Impostos a recolher		(8)	(265)	753	(265)
Partes relacionadas		881	(270)	881	(270)
Adiantamento de clientes		146	349	146	349
Total variações ativos e passivos		1.688	3.822	4.295	3.822
Pagamentos de contingências	13	(259)	-	(259)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	11	(46.106)	-	(46.106)	-
Aquisição de veículos para locação	8	(298.900)	(104.649)	(434.404)	(104.649)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(233.566)	(107.033)	(354.418)	(107.033)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição outros ativos imobilizados e intangíveis	8	(8.764)	(4.019)	(8.764)	(4.019)
Aquisição de cotas de fundos de investimento	7	(5.877)	-	(5.877)	-
Aquisição de investimentos em controladas (líquido de dividendos a receber)	7	(147.144)	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(161.785)	(4.019)	(14.641)	(4.019)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	11	312.822	161.397	312.822	161.397
Pagamento de empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	11	(138.469)	(623)	(138.469)	(623)
Pagamento de arrendamentos	9	(4.394)	(41.998)	(4.394)	(41.998)
Aumento de capital	14	52.070	-	52.070	-
Antecipação de dividendos	18	-	-	(26.287)	-
Constituição de reservas	14	176.239	(5.080)	176.239	(5.080)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		398.268	114.088	371.981	114.088
Variação de caixa e equivalentes de caixa		2.917	3.036	2.922	3.036
No início do exercício		7.545	4.509	7.545	4.509
No final do exercício		10.462	7.545	10.467	7.545
Variação de caixa e equivalentes de caixa		2.917	3.036	2.922	3.036

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.

Demonstrações do valor adicionado de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas geradas					
Vendas de mercadorias e prestação de serviço	15	206.780	122.218	262.274	122.218
Baixas e Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	16	(16.845)	-	(16.845)	-
Outras receitas	18	8.766	12.118	13.120	12.118
		198.701	134.236	258.549	134.236
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	16	(38.192)	(47.301)	(52.592)	(47.301)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16	(20.128)	(11.841)	(31.048)	(11.841)
Custo residual da venda de veículos	16	(115.690)	(548)	(115.690)	(548)
		(174.010)	(59.690)	(199.330)	(59.690)
Valor adicionado bruto		24.691	74.546	59.219	74.546
Retenções					
Depreciações e amortizações	16	(30.597)	(57.638)	(32.090)	(57.638)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(5.906)	16.908	27.129	16.908
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		12.023	-	-	-
Receitas financeiras	17	11.668	744	11.668	744
		23.691	744	11.668	744
Valor adicionado total a distribuir		17.785	17.652	38.797	17.652
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	16	14.432	16.375	24.888	16.375
Benefícios	16	3.559	(2.878)	3.559	(2.878)
Encargos trabalhistas	16	1.034	533	1.034	533
		19.025	14.030	29.481	14.030
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	15	10.079	11.241	15.200	11.241
Municipais		31	-	31	-
		10.110	11.241	15.231	11.241
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e despesas financeiras	17	74.229	49.903	78.446	49.903
Aluguéis		1.998	1.537	3.218	1.537
		76.227	51.440	81.664	51.440
Remuneração de capita próprio					
Prejuízo do exercício		(88.407)	(59.059)	(88.407)	(59.059)
		(88.407)	(59.059)	(88.407)	(59.059)
Valor adicionado distribuído		17.785	17.652	38.797	17.652

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A., (“Companhia” ou “Turbi”) é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, constituída em 26 de dezembro de 2016. Está sediada na Avenida Rebouças, nº 2.747, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social i) compartilhamento e aluguel de automóveis sem condutor; e ii) a intermediação na venda de veículos automotores.

A Turbi possui aproximadamente 4,6 mil veículos próprios e opera em diversas cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital do Estado. A Companhia é pioneira no aluguel 100% digital, com o objetivo de facilitar e desburocratizar todo o processo de aluguel de carro, mudando o conceito que os usuários possuem com as locadoras tradicionais. A empresa conta atualmente com mais de 300 estacionamentos com veículos Turbi, que funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana, oferecendo grande conveniência aos clientes, que sempre possuem um Turbi por perto e à disposição a qualquer hora do dia. Além disso, a partir de 2024, a Turbi passou a vender seus veículos, por meio de sua marca própria, a Turbi Seminovos.

A Companhia não apresenta a informação por segmento conforme definido no CPC 22/IFRS 8 pois suas atividades são exercidas por meio de um único segmento operacional.

1.1 Relação de entidades controladas

	País	Participação acionária %	
		2024	2023
NK294 Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	99,99%	-
Turbi investimentos I (i)	Brasil	100%	-
Turbi investimentos II (i)	Brasil	100%	-
Turbi investimentos III (i)	Brasil	100%	-

(i) Subsidiárias não operacionais adquiridas em 2024, mas sem movimentações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 6 e nota explicativa 12.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 11.1.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 87.367 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 133.685 mil. A expectativa da Companhia

é que, com a venda dos veículos atrelados a cada emissão, além da geração de caixa operacional do aluguel destes veículos, obtenha-se recursos mais que suficientes para realizar as amortizações necessárias.

Além disso, a Companhia concluiu com sucesso a renegociação do passivo circulante referente aos vencimentos da 9ª Emissão de Debêntures Simples, que em meados de 2024 estavam previstos para serem quitados em sua integralidade durante o ano de 2025. Após as renegociações, quase metade dos vencimentos foram reprogramados para final de 2026 e início de 2027, resultando no alinhamento dos passivos e melhoria do perfil de crédito da Companhia.

A companhia está conduzindo outros processos de renegociações de sua estrutura de endividamento junto aos credores, com o objetivo de readequar seus compromissos financeiros e assegurar maior equilíbrio em sua estrutura de capital. Esse processo envolve a reestruturação de prazos e condições, permitindo a otimização dos fluxos de caixa e a manutenção das operações em níveis sustentáveis.

Com base nas negociações concluídas em 2024, em andamento em 2025 e nos planos estratégicos da administração, acreditamos que as medidas adotadas garantirão a perenidade da empresa, permitindo a adequada execução de suas atividades e a preservação de seu valor econômico no longo prazo.

Eventuais desdobramentos desse processo serão monitorados e refletidos nas demonstrações financeiras subsequentes, conforme aplicável.

No mais, a administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos, como desinvestimentos adicionais, emissão de debêntures ou títulos em ofertas privadas ou públicas, como vem sendo feito ao longo dos últimos anos. A administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

A administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2.3 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo da análise do conjunto das demonstrações contábeis.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;
- Nota explicativa 2 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 9 - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 - Reconhecimento de perdas esperadas no contas a receber;
- Notas explicativas 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 8 - Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil);
- Nota explicativa 6 - Veículos desativados para renovação da frota - valor realizável líquido.

3 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis 69.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Em milhares de reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Conta corrente	9.481	7.542	9.486	7.542
Aplicação financeira	981	3	981	3
Total	10.462	7.545	10.467	7.545

Estão representadas por aplicações financeiras em bancos de primeira linha, em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis um dia após, contados da data das respectivas operações. As aplicações são indexadas com base na variação índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos financeiros encontra-se divulgada na nota explicativa 19.

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "impairment"), quando houver.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades da Turbi. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão de perda esperada é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitoradas. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

a. Contas a receber de clientes

Em milhares de reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes (i)	3.699	15.188	3.699	15.188
Outras contas a receber	74	547	74	547
Total	3.773	15.735	3.773	15.735

(i) Em 31 de dezembro de 2024 a administração realizou a análise da recuperabilidade do contas a receber e reconheceu a baixa de R\$ 11.092 referente a perdas efetivas, que se encontravam vencidos há longa data.

b. A movimentação das perdas esperadas (impairment)

<i>Em milhares de reais</i>	Controladora	Consolidado
Em dezembro de 2023	-	-
(Adições)	(5.753)	(5.753)
Em dezembro de 2024	(5.753)	(5.753)

c. Classificação por vencimentos

<i>Em milhares de Reais</i>	Contas a receber Bruto	Perdas Esperadas	Contas a Receber Líquido
Vencidos até 30 dias	587	-	587
Vencidos de 31 a 60 dias	452	-	452
Vencidos de 61 a 90 dias	254	-	254
Vencidos de 91 a 120 dias	282	-	282
Vencidos de 121 a 360 dias	2.798	(600)	2.198
Vencidos acima de 361 dias	5.153	(5.153)	-
Total	9.452	(5.753)	3.773

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 19.

6 Veículos desativados para renovação da frota

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante.

Uma vez classificados como veículos desativados para renovação de frota, os ativos deixam de ser depreciados.

Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A composição de veículos desativados para renovação da frota é como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Controladora 2024	Consolidado 2024
Em dezembro de 2023	-	-
Transferência de veículos	12.910	12.910
Em dezembro de 2024	12.910	12.910

7 Investimentos

7.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a 8

As participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

2024									
Controlada	Partic.	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial	
NK294									
Empreendimentos e Participações S.A.	99,99%	28.395	135.505	(1.853)	(2.877)	(147.146)	(12.023)	(12.023)	

7.2 Movimentação do investimento em controlada

As participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

2024					
Controlada	2023	Aquisição de ações	Equivalência Patrimonial	Dividendos	2024
NK294 Empreendimentos e Participações S.A.	-	150.000	12.023	(2.856)	159.167

7.3 Outros investimentos

A Companhia pretende manter o investimento a longo prazo para fins estratégicos.

Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cotas dos fundos de investimento em renda fixa (i)	6.073	1.782	6.073	1.782
Capitalizações Bradesco (ii)	1.585	-	1.585	-
Total	7.638	1.782	7.638	1.782

(i) "FIDC EXT Turbi I" com rendimento de 22,24% a.a.;

(ii) Capitalização do Bradesco não possui rendimento apenas atualização pela taxa de retorno.

8 Imobilizado

8.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

8.2 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

8.3 Depreciação

A depreciação estimada dos veículos é calculada pela diferença entre o custo de aquisição do veículo e seu valor previsto na data esperada da venda, deduzidos os descontos comerciais e as despesas de venda estimados. A depreciação é reconhecida de modo que o valor a depreciar seja integralmente reconhecido até o final da vida útil estimada, pelo método linear. A Companhia reavalia periodicamente a aderência dos métodos de depreciação para melhor refletir a equalização dos custos de manutenção e depreciação durante a vida útil dos veículos.

A depreciação de outros ativos imobilizados é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Veículos operacionais	18 meses
Máquinas e equipamentos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Hardware	5 anos
Benfeitoria em bens de terceiro	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

8.4 Conciliação do valor contábil

Aos movimentações na Controladora relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão a seguir apresentadas:

Controladora <i>Em milhares de reais</i>	Veículos operacionais	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Hardware	Móveis e utensílios	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	192.194	80	374	8.543	190	368	201.749
Adições	298.900	102	1.276	4.658	241	2.487	307.664
Baixas	(122.810)	-	-	-	-	-	(122.810)
Transferências	(13.376)	-	-	-	-	-	(13.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	354.908	182	1.650	13.201	431	2.855	373.227
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(4.998)	(21)	(199)	(2.304)	(41)	(97)	(7.660)
Adições	(5.813)	(19)	(227)	(2.304)	(35)	(126)	(8.524)
Baixas	8.690	-	-	-	-	-	8.690
Transferências	466	-	-	-	-	-	466
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.655)	(40)	(426)	(4.608)	(76)	(223)	(7.028)
Saldo Líquido em 01 de janeiro de 2024	187.196	59	175	6.239	149	271	194.089
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	353.253	142	1.224	8.593	355	2.632	366.199

Controladora <i>Em milhares de reais</i>	Veículos operacionais	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Hardware	Móveis e utensílios	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	87.978	80	358	4.560	173	368	93.517
Adições	104.649	-	29	3.983	17	-	108.678
Baixas	(433)	-	(13)	-	-	-	(446)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	192.194	80	374	8.543	190	368	201.749
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(376)	(13)	(130)	(1.032)	(23)	(60)	(1.634)
Adições	(4.821)	(8)	(69)	(1.272)	(18)	(37)	(6.225)
Baixas	199	-	-	-	-	-	199
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.998)	(21)	(199)	(2.304)	(41)	(97)	(7.660)
Saldo Líquido em 01 de janeiro de 2023	87.602	67	228	3.528	150	308	91.883
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	187.196	59	175	6.239	149	271	194.089

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

As movimentações no Consolidado relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão a seguir apresentadas:

Consolidado <i>Em milhares de reais</i>	Veículos operacionais	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Hardware	Móveis e utensílios	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	192.194	80	374	8.543	190	368	201.749
Adições	434.406	102	1.276	4.658	241	2.487	443.170
Baixas	(122.810)	-	-	-	-	-	(122.810)
Transferências	(13.376)	-	-	-	-	-	(13.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	490.414	182	1.650	13.201	431	2.855	508.732
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(4.998)	(21)	(199)	(2.304)	(41)	(97)	(7.660)
Adições	(5.813)	(19)	(227)	(2.304)	(35)	(126)	(8.524)
Baixas	8.690	-	-	-	-	-	8.690
Transferências	466	-	-	-	-	-	466
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.655)	(40)	(426)	(4.608)	(76)	(223)	(7.028)
Saldo Líquido em 01 de janeiro de 2024	87.602	67	228	3.528	150	308	91.883
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	448.749	142	1.224	8.593	355	2.632	501.704
Consolidado <i>Em milhares de reais</i>							
	Veículos operacionais	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Hardware	Móveis e utensílios	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	87.978	80	358	4.560	173	368	93.517
Adições	104.649	-	29	3.983	17	-	108.678
Baixas	(433)	-	(13)	-	-	-	(446)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	192.194	80	374	8.543	190	368	201.749
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(376)	(13)	(130)	(1.032)	(23)	(60)	(1.634)
Adições	(4.821)	(8)	(69)	(1.272)	(18)	(37)	(6.225)
Baixas	199	-	-	-	-	-	199
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.998)	(21)	(199)	(2.304)	(41)	(97)	(7.660)
Saldo Líquido em 01 de janeiro de 2023	87.602	67	228	3.528	150	308	91.883
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	187.196	59	175	6.239	149	271	194.089

8.5 Garantia

Em 31 de dezembro de 2024 veículos com valor contábil de R\$ 501.704 mil (2023: R\$ 194.089 mil) foram dados em fiança para garantir empréstimos, financiamentos e debêntures.

8.6 Mudança nas estimativas

Em 2024, a Companhia realizou uma revisão do valor residual dos veículos de sua frota, a qual resultou na alteração da forma esperada pela qual certos ativos serão utilizados. Os veículos operacionais possuem uma vida útil estimada de 18 meses e espera-se que, em virtude da baixa quilometragem dos veículos, tais veículos sejam revendidos por aproximadamente 88% da tabela FIPE. Desta forma, a vida útil estimada dos veículos reduziu e o valor residual estimado foi determinado no momento da ativação. Adicionalmente, para os veículos onde o custo de compra está abaixo do valor residual a Companhia entende não ser necessário a depreciação.

O efeito dessas mudanças na despesa de depreciação real, incluída no "custo de vendas", foi o seguinte:

<i>Em milhares de Reais</i>	2024	2023
(Diminuição) aumento da despesa de depreciação	(11.030)	1.821

9 Ativos e passivos de arrendamento por direito de uso

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor

residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

9.1 Ativos por direito de uso

A movimentação do direito de uso é a seguinte:

Controladora e consolidado <i>Em milhares de reais</i>	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	53.177	53.177
Adições	16.963	-	16.963
Baixas	-	(53.117)	(53.117)
Depreciação	(1.585)	-	(1.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.378	-	15.378
Saldo em 01 de janeiro de 2023	-	19.763	19.763
Adições	-	84.683	84.683
Baixas	-	-	-
Depreciação	-	(51.329)	(51.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	53.177	53.177

9.2 Arrendamentos por direito de uso

A movimentação dos arrendamentos por direito de uso é a seguinte:

Controladora e consolidado <i>Em milhares de reais</i>	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	55.514	55.514
Adições	16.962	-	16.962
Baixas	-	(52.203)	(52.203)
Pagamentos	(1.083)	(3.311)	(4.294)
Juros	278	-	278
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.157	-	16.157
Circulante	3.906	-	3.906
Não circulante	12.251	-	12.251
Saldo em 01 de janeiro de 2023	-	22.736	22.736
Adições	-	74.777	74.777
Pagamentos	-	(41.998)	(41.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	55.514	55.514

9.3 Cronograma de amortização

Os cronogramas de amortização na controladora e no consolidado estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	Consolidado
2026	4.347
2027	4.347
2028	3.162
2029	395
Total	12.251

9.4 Contratos por prazo e taxa de desconto

	Taxa de desconto	Prazo do contrato
Matriz	4,23%	60 meses
Loja Seminovos	3,69%	48 meses
Garage	4,42%	48 meses

10 Fornecedores e outras contas a pagar

A composição de fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Em milhares de Reais	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	17.659	21.282	17.707	21.282
Outras contas a pagar	6.155	1.355	5.243	1.355
Total	23.814	22.637	22.950	22.637

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 19.

11 Empréstimos, títulos de dívida e financiamentos

Os empréstimos, títulos de dívida e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

11.1 Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos, títulos de dívida e financiamentos em aberto são:

			Controladora		Consolidado	
Em milhares de Reais	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	2024	2023	2024	2023
Capital de giro – Itaú	20,98% a.a	2026	903	1.000	903	1.000
Capital de giro – Bradesco	20,98% a.a	2029	5.779	-	5.779	-
Financiamento Santander	CDI+5,86%	2027	17.812	-	17.812	-
Debêntures 5ª emissão	12,68%	2025	483	1.135	483	1.135
Debêntures 7ª emissão	31,20%	2027	641	41.000	641	41.000
Debêntures 8ª emissão	CDI+5,25%	2025	27.297	113.090	27.297	113.090
Debêntures 9ª emissão	CDI+7,6%	2027	198.908	129.167	198.908	129.167
Debêntures 10ª emissão	CDI+6,5%	2027	211.264	-	211.264	-
Custo de captação a apropriar			(2.145)	-	(2.145)	-
Total de passivos sujeitos a juros			460.942	285.392	460.942	285.392
Circulante			141.406	24.683	141.406	24.683
Não Circulante			319.536	260.709	319.536	260.709

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$ 501.704 mil (2023: R\$ 194.089 mil), veja nota explicativa 8.5.

Os cronogramas de amortização na controladora e no consolidado estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	Consolidado
2026	45.384
2027	272.399
2028	1.238
2029	515
Total	319.536

11.2 Movimentação dos empréstimos, títulos de dívida e financiamentos

	2024	2023
<i>Em milhares de Reais</i>		
Saldo no início do período	285.392	119.031
Captação	314.967	160.166
Juros Pagos	(46.106)	-
Juros provisionados	67.255	6.812
Amortização	(138.469)	(623)
Atualização monetária	-	6
Conversão de dívida para capital social	(19.952)	-
Custo de captação a apropriar	(2.145)	-
Saldo no final do período	460.942	285.392

12 Salários e encargos a pagar

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<i>Em milhares de Reais</i>				
Salários a pagar	166	140	166	140
Encargos sobre salários a pagar	124	98	124	98
Férias e encargos a pagar	269	197	269	197
Total	559	435	559	435

13 Provisão para processos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo. Em 2024 a Companhia e suas controladas não apresentam depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais.

13.1 Movimentação das contingências prováveis

Controladora					
	2023	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Processos trabalhistas (i)	76	1.102	(153)	(139)	886
Processos cíveis	133	547	(67)	(120)	493
Total	209	1.649	(220)	(259)	1.379

Consolidado					
	2023	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Processos trabalhistas (i)	76	1.102	(153)	(139)	886
Processos cíveis	133	569	(67)	(120)	515
Total	209	1.671	(220)	(259)	1.401

(i) Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas tais como pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, verbas rescisórias no montante de R\$446 e vínculo empregatício no montante de R\$ 440, que se encontram em fases processuais distintas.

13.2 Contingências possíveis

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Trabalhistas	Possuem relação direta com a desconstituição do contrato de prestação de serviço firmado entre pessoas jurídicas, cada processo se encontra em fases processuais distintas. Os valores passam a ser provisionados pela Companhia após uma decisão desfavorável em 1º instância. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição é de R\$ 794.
Cíveis	Temas diversos que são segmentados nas seguintes áreas: direito do consumidor, sinistro de veículos, contratos e dano material/moral. A provisão é realizada pelos escritórios terceiros através de uma análise de culpabilidade e com base em decisões recentes do Tribunal. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição atual é de R\$ 576.

14 Capital Social e Reservas

14.1 Aumento de capital

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2024, foi aprovada a homologação total do aumento de capital social da Companhia, sendo subscritas e integralizadas 31.669 ações, representando 100% das ações objeto do aumento de capital de R\$ 72.021.

14.2 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 106.071 (R\$ 34.049 em 31 de dezembro de 2023), representado por 60.853 (quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis) ações, das quais 6.658 (seis mil, seiscentos e cinquenta e oito) são ações ordinárias nominativa, 2.174 (dois mil, cento e setenta e quatro) ações em tesouraria e 49.426 (quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis) são ações preferenciais.

14.3 Reserva de capital

Referem-se aos valores que foram destinados à reserva para futuro aumento de capital conforme atos societários. O valor montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 176.539 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

15 Receita Líquida

Locação de veículos

A receita de locação de veículos compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de aluguel com clientes no curso normal das atividades da entidade. A receita é demonstrada pelo faturamento menos os impostos, devoluções, abatimentos e descontos que constitui a receita líquida.

Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos) compreende ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente.

Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de locação	114.936	130.228	172.619	130.228
Receita com vendas de veículos	98.258	-	98.258	-
Receita bruta	213.194	130.228	270.877	130.228
Deduções da receita				
Impostos incidentes sobre a receita	(10.079)	(11.241)	(15.200)	(11.241)
Devoluções e cancelamentos	(1.976)	(3.749)	(2.800)	(3.749)
Descontos concedidos	(4.438)	(4.953)	(5.803)	(4.953)
Receita líquida total	196.701	110.285	247.074	110.285

16 Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas da Turbi são apresentados abaixo por natureza:

Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de venda de ativos utilizados nas locações	(115.690)	(548)	(115.690)	(548)
Manutenção preventiva, IPVA e outros	(24.667)	(23.753)	(33.782)	(23.753)
Depreciação direito de uso	(23.764)	(51.329)	(23.764)	(51.329)
Depreciação outros ativos imobilizados e intangíveis	(1.497)	(1.538)	(2.813)	(1.538)
Depreciação de veículos	(5.336)	(4.771)	(5.513)	(4.771)
Despesas com pessoal	(19.008)	(13.953)	(29.462)	(13.953)
Despesas gerais e serviços de terceiros	(10.225)	(12.091)	(18.234)	(12.091)
Estacionamentos e logística	(7.110)	(9.688)	(10.801)	(9.688)
Manutenção corretiva de veículos e outros	(6.966)	(9.026)	(9.935)	(9.026)
Despesas com transações de cartão	(3.262)	(3.043)	(4.535)	(3.043)
Publicidade e propaganda	(2.717)	(2.334)	(4.248)	(2.334)
Provisão de contingências	(1.429)	(215)	(1.451)	(215)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(639)	(515)	(639)	(515)
Serviços contratados de terceiros	(3.004)	(15)	(3.203)	(15)
Provisão para perdas esperadas ne contas a receber	(5.753)	-	(5.753)	-
Baixa de contas a receber considerado incobrável	(11.092)	-	(11.092)	-
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	8.766	12.118	13.120	12.118
Total	(233.672)	(120.700)	(267.795)	(120.700)
(-) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(173.135)	(83.007)	(184.780)	(83.007)
Despesas de vendas	(5.980)	(5.377)	(8.782)	(5.377)
Despesas gerais e administrativas	(37.712)	(30.846)	(57.388)	(30.846)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(16.845)	-	(16.845)	-
Total	(233.672)	(120.700)	(267.795)	(120.700)

17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.224	687	1.224	687
Descontos obtidos	6.297	57	6.297	57
Crédito de PIS e COFINS sobre juros	4.122	-	4.122	-
Outras receitas financeiras	25	-	25	-
Total	11.688	744	11.688	744
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, debêntures e financiamentos	(67.230)	(44.989)	(67.230)	(44.989)
Despesas com taxas e impostos financeiros	(4.109)	(1.479)	(6.652)	(1.479)
Outras despesas financeiras	(3.720)	(3.390)	(5.394)	(3.390)
Total	(75.059)	(49.858)	(79.275)	(49.858)
Resultado financeiro líquido	(63.390)	(49.114)	(67.607)	(49.114)

18 Partes relacionadas

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) / IAS 24.

18.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.004 (R\$ 2.135 em 2023) compreende a salários e benefícios de curto prazo.

18.2 Outras transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 a administração apresentou em seu balanço mútuo com partes relacionadas equivalente a R\$ 1.234 (R\$353 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 controlada realizou a antecipação de dividendos minoritários no montante de R\$ 26.287 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

19 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos

financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

Gerenciamento de risco

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (item a);
- Risco de liquidez (item b); e
- Risco de mercado (item c).

A Companhia possui uma diretoria administrativa responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Diretor Presidente, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras.

As posições de todos os instrumentos financeiros bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria administrativa e submetidas à apreciação da Administração da Companhia.

a. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito estão apresentados como segue

Consolidado	Nota	Circulante	Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
<i>Em milhares de Reais</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.481	-	9.481	7.543
Aplicações financeiras	4	981	-	981	3
Contas a receber	5	3.773	-	3.773	15.735
Outros investimentos	7	-	7.659	7.659	1.782

b. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2024	Consolidado						
	Fluxos de caixa contratuais						
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<i>Em milhares de Reais</i>							
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	460.113	460.113	4.955	136.451	87.526	232.010	-
Fornecedores e outras contas a pagar	22.950	22.950	-	22.950	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.157	16.157	278	3.629	4.347	7.904	-

c. Risco de Mercado

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui empréstimos e financiamentos contratados em moedas local e sujeitos às flutuações dos índices previstos nos referidos contratos que

formalizaram tais operações, principalmente da Taxa DI. A Companhia também está exposta as flutuações das taxas de juros quanto ao saldo de suas aplicações financeiras, pela variação da Taxa DI.

A Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros indicada acima que impacte seu fluxo de caixa e aumente as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou que reduza o ganho com suas aplicações financeiras ou que impacte a demanda por seus produtos.

Na data de encerramento do período social de 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui endividamentos indexados ao CDI, e, portanto, sujeitos à variação da taxa de seus respectivos índices conforme abaixo.

d. Risco de Taxa de Juros - Análise de Sensibilidade

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras, líquidas.

31 de dezembro de 2024					
Operação	Risco	Exposição líquida	Cenário provável	Risco taxa CDI 25%	Risco taxa CDI 50%
Endividamento	CDI	455.281	64.422	80.528	96.633

Indicadores macroeconômicos	Fonte	Projeções	Provável	25%	50%
CDI	B3	12 meses	14,15%	17,69%	21,23%

Em 31 de dezembro de 2024, considerando o cenário onde a variação das taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais fosse de 50%, bem como que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do período apresentaria uma variação líquida de R\$ 96.633, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas nos empréstimos de taxa variável.

A Companhia está apresentando os cenários da variável do risco considerado seus endividamentos, que possuem exposição à taxa CDI, com um aumento de 25% e 50%, os quais foram definidos com base na expectativa de sua administração.

e. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e obrigação por aquisição de investimento menos caixa e equivalentes de caixa.

f. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2024.

20 Informações suplementares ao fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições de fluxo de caixa:

Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aumento de capital	72.021	-	72.021	-
Conversão de dívida	(19.951)	-	(19.951)	-
Aumento de capital com efeito caixa	52.070	-	52.070	-
Captação de empréstimos	314.967	-	314.967	-
Custo de captação	(2.145)	-	(2.145)	-
Total Captação de empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	312.822	-	312.822	-
Outras transações que não afetam caixa				
Adições do ano decorrentes do CPC 06 (R2)	16.962	-	16.962	-
Baixas do ano decorrente do CPC 06 (R2)	(52.203)	-	(52.203)	-

21 Eventos subsequentes

21.1 Novas operações

Em 24 de fevereiro de 2025, a investida Turbi Investimentos II realizou a captação de Nota Comercial no montante de R\$ 13 milhões., montante utilizado para contratação de consórcios veiculares que possibilitou a compra de 98 novos veículos na frota, espera-se que as operações iniciem em março de 2025.

21.2 Novas captações

Em 18 de fevereiro de 2025 a Turbi Compartilhamentos de Veículos S.A. firmou o contrato para captação da 11^a emissão de debênture a juros de 21,15% a.a. com vencimento em março de 2028. Até o presente momento houve a liberação do montante de R\$ 170 milhões captados entre fevereiro e março de 2025. O montante captado foi utilizado para a compra de 1353 novos veículos na frota, espera-se que as operações destes iniciem em março de 2025.

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.

*Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024*

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores da Turbi Compartilhamento de Veículos S/A (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 31 de março de 2025

Daniel Prado
Diretor Financeiro

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.

*Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024*

Declaração dos Diretores sobre o relatório do auditor independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores da Turbi Compartilhamento de Veículos S/A (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer de auditoria da RSM ACAL Auditores Independentes S/S, emitido em 31 de março de 2025, sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 31 de março de 2025

Daniel Prado
Diretor Financeiro